



Intervenção José Ernesto Cartaxo

ENCONTRO SINDICAL NO FORTE DE PENICHE

AFIRMAR ABRIL – CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Caros camaradas sindicalistas.

Permitam-me que saúde todos os presentes e felicite a Direção da CGTP-IN, na pessoa do seu Secretário-Geral, por ter promovido este importante Encontro Sindical, subordinado ao tema: Afirmar Abril – Cumprir a Constituição.

Permitam-me também que felicite a CGTP-IN por ter escolhido este local, para abordar esta temática, porque a história do Forte de Peniche está umbilicalmente ligada à Revolução libertadora do 25 de Abril.

Uma saudação também à direção do Museu, na pessoa da sua Presidente, extensiva a todos os trabalhadores que asseguram o seu funcionamento

A RESISTÊNCIA E A LUTA ANTIFASCISTA

Nesta histórica Fortaleza, funcionou durante 40 anos, (de 1934 a 1974), uma das mais severas cadeias do regime fascista, onde estiveram encarcerados 2.626 presos políticos, condenados a muitos milhares de anos de prisão e a outros tantos de rigorosa clandestinidade.

De entre estes presos políticos, estiveram muitos sindicalistas, dos quais lembramos figuras históricas do sindicalismo, que já nos deixaram, tais como:

- o José Vitoriano – Presidente do Sindicato dos Corticeiros de Faro, entre 1945 e 1948 – que passou mais de 16 anos nas prisões fascistas;

- o Francisco Canais Rocha – 1º Coordenador da Intersindical, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 – que esteve mais de 5 anos na prisão;

- e ainda o Daniel Cabrita – Presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, em 1970, sindicato fundador da Intersindical- e que esteve preso 2 anos.

A todos eles devemos o nosso sincero reconhecimento.

Na qualidade de ex-presos políticos, aceitei com muita honra, o convite da Direção da Central para vos dirigir algumas palavras sobre o que foi a resistência e a luta antifascista, o seu decisivo contributo para o êxito da madrugada libertadora do 25 de Abril, assim como sobre as conquistas laborais e sociais conseguidas, primeiro no terreno, e depois consagradas CRP.

Assim sendo, permitam-me que comece por lhes dar algumas notas sobre o que foi o sistema prisional fascista, socorrendo-me de uma pesquisa, feita por militantes da URAP, na Torre do Tombo.

Nessa pesquisa, foi possível apurar que, durante os 48 anos de ditadura, cerca de 40.000 democratas e antifascistas, dos quais cerca de 2.200 eram mulheres, foram presos, mal tratados, torturados e alguns assassinados, nos estabelecimentos prisionais fascista, do **Aljube**, da **Sede da PIDE, na rua António Maria Cardoso, de Caxias**; daqui de **Peniche**; de **Angra do Heroísmo (Açores)**; do **Porto – na Rua do Heroísmo** e no **Tarrafal**.

Faço notar que nesta pesquisa não estão contabilizados os muitos milhares de cidadãos que foram também presos e levados para as Praças de Touros, para os postos, da GNR e da PSP e para os Governos Cívicos.

Mais uma nota sobre o Campo de concentração do Tarrafal, fica situado na ilha de Santiago, em Cabo Verde, e foi onde, de 1936 a 1954, estiveram desterrados 340 presos políticos, dos quais 32 morreram lá dentro, por falta de assistência médica (O médico destacado, pelo regime, para o Campo do Tarrafal fazia gala em dizer que «*só estava ali para passar certidões de óbito*»).

Permitam-me ainda que saliente alguns dados ilustrativos dos anos de prisão que estes resistentes passaram nas masmorras do fascismo:

- O somatório de anos de prisão, dos 340 presos no Tarrafal, foi de 2 mil anos, 5 meses e 11 dias.

- O Comité Central, eleito no 7º Congresso Extraordinário do PCP, após o 25 de Abril de 1974, era constituído por 36 membros, os quais passaram 308 anos nas prisões fascistas e

lutaram durante 755 anos na clandestinidade, com tudo o que isso implica, nomeadamente no que respeita às privações e às relações familiares.

É preciso que se diga também que mesmo dentro das prisões se travaram, organizadamente, grandes lutas, por melhores condições prisionais, e onde alguns dos mais destacados dirigentes políticos presos protagonizaram várias fugas, não para fugir da luta mas para continuá-la fora das prisões, ou como dizia o Jaime Serra, “Conseguir a liberdade para continuar a lutar pela liberdade”.

Dessas fugas, há duas que, quer pelo número de presos que envolveu quer pelas suas repercussões políticas, no plano nacional e internacional, foram exemplares e abalaram fortemente o regime fascista.

Referimo-nos à fuga de Álvaro Cunhal e mais 9 quadros do PCP, daqui do Forte, em 3 de Janeiro de 1960, e que contou com a colaboração de um GNR.

A outra foi a célebre fuga de Caxias, em 4 de Dezembro de 1961, da qual se evadiram 8 dirigentes do PCP, incluindo o condutor do carro que os transportou. Esta fuga foi considerada notável pelo facto de, para além do número de quadros que se evadiram, ter sido realizada no carro oficial, blindado, do ditador Salazar.

Na sequência destas fugas verificou-se um vigoroso ascenso da luta antifascista, em várias frentes, e cuja bússola orientadora foi o relatório Rumo à Vitória, elaborado por Álvaro Cunhal, em Abril de 1964, entretanto editado em livro, e que é de leitura obrigatória para a compreensão do processo que conduziu ao 25 de Abril e às suas conquistas.

Para todos estes heróis da resistência antifascista peço-vos uma forte saudação como homenagem e tributo pelo seu heroísmo na luta pela liberdade e pela democracia.

LUTA DE MASSAS E QUEDA DO FASCISMO

Passados 51 anos do 25 de Abril e do 1º de Maio de 1974 e com o aproximar das comemorações dos 50 anos da aprovação e promulgação da Constituição da República Portuguesa, torna-se obrigatório lembrar que, durante os 48 anos de ditadura, os trabalhadores, os democratas, e o povo português desenvolveram uma intensa luta, tendo como elemento central a resistência antifascista.

As ações de massas promovidas por organizações políticas, como o Partido Comunista Português, na clandestinidade, e sindicais, com relevo para a Intersindical Nacional, criada em 1970, e outras organizações unitárias antifascistas, estão gravadas na memória dos portugueses, não apenas pelas palavras ditas e escritas, mas pela história de décadas de perseguições, de prisões, de torturas, de condenações, de assassinatos e de luta heroica do nosso povo.

Reportando-nos apenas ao período compreendido entre o início dos anos sessenta e o 25 de Abril de 1974, são de realçar as poderosas jornadas de luta de Abril e Maio de 1962, nos campos do Alentejo e Ribatejo, jornadas essas que tinham a antecedê-las muitas e muitas lutas que, pouco a pouco, foram ganhando a grande massa dos trabalhadores para a reivindicação comum e geral dos salários e das 8 horas de trabalho diário.

De salientar também que, entre 1973 e 1974, o movimento popular de massas desenvolveu-se impetuosamente, assistindo-se a centenas de lutas em empresas, nas quais participaram, fazendo greve, mais de 100 mil trabalhadores dos centros industriais de Porto e Lisboa, e milhares de trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo.

De entre os fatores que tornaram a revolução portuguesa, de 25 de Abril de 1974, única no mundo, está o facto de existir, à data, uma classe operária experiente e combativa, com um elevado nível de organização, sobretudo a partir das empresas e locais de trabalho. Organização essa, que os trabalhadores portugueses conseguiram impor ao regime fascista.

LUTA DE MASSAS, 25 ABRIL E CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

Foi na sequência dessa vigorosa luta antifascista que o processo revolucionário, encetado com o 25 de Abril, ficou indelevelmente marcado pela luta de massas que se seguiu ao heroico levantamento militar do MFA, no dia 25 de Abril de 1974, e que teve nas gigantescas comemorações do 1º de Maio, desse ano, a sua consagração popular.

Foi também a luta organizada dos trabalhadores e das populações, em aliança com os militares de Abril – a Aliança POVO/MFA –, que desempenhou um papel fundamental em todas as conquistas democráticas alcançadas.

É preciso que se lembre que a conquista e instauração das liberdades, dos direitos dos cidadãos e do regime democrático, foi, no processo da revolução portuguesa, inseparável da liquidação do poder económico e financeiro dos grupos monopolistas e dos latifundiários, principais beneficiários e sustentáculos do regime que nos oprimiu e explorou durante 48 anos.

À democratização política, então em curso, tinha que corresponder a democratização económica, social e cultural, a levar a cabo pelas massas populares.

Foi o que se veio a verificar com a nacionalização da banca, das companhias de seguros, dos sectores básicos da produção e a criação de um sector público de peso determinante no funcionamento da nossa economia.

Estas nacionalizações vieram abrir perspectivas de um desenvolvimento económico e social, orientado para a satisfação das necessidades materiais e culturais dos trabalhadores e da população, indo ao encontro das suas mais legítimas e sentidas aspirações.

Foi também o que se verificou com a Reforma Agrária e as profundas alterações que esta produziu na vida de milhares de trabalhadores rurais nos campos do Alentejo e Ribatejo e que mudou profunda e positivamente a região Sul do nosso País.

O mesmo aconteceu com a instituição do controlo e gestão operária que, assumindo formas diversas, teve um importante papel no combate à sabotagem das empresas, à defesa das atividades económicas e à defesa do próprio emprego.

Adiantando-se não raras vezes à iniciativa dos órgãos de soberania, os trabalhadores e o povo português transformavam as relações sociais e projetavam uma forma de organização da sociedade, mais justa, mais participada e desenvolvida, conquistando objetivamente o futuro.

A valiosa experiência da revolução portuguesa tem a virtude de demonstrar que, numa situação revolucionária, mesmo não dispondo do poder político, as massas populares em movimento, em aliança com o MFA, puderam transformar seriamente a sociedade:

- Puderam empreender e realizar profundas reformas das estruturas socioeconómicas,
- Puderam influenciar e condicionar o comportamento do poder político e contribuir decisivamente para a consagração legal das conquistas revolucionárias, na própria Constituição da República, votada e promulgada, faz em 2026, 50 anos.

Com efeito, referindo-nos apenas aos direitos dos trabalhadores, em resultado da luta de massas, a CRP consagrou, no capítulo nobre dos direitos liberdades e garantias, aquilo que foi sendo conquistado no terreno, através da luta, como sejam:

- A Liberdade Sindical, o Direito à Greve, o Direito à Contratação Coletiva, o Direito ao Trabalho e à Segurança no Emprego, a proibição dos despedimentos sem justa causa, o direito ao salário e ao salário mínimo, a horários dignos que permitam a conciliação entre a vida profissional e familiar, o direito a férias e subsídio de férias, o direito à igualdade, o direito à Saúde, ao ensino e à proteção social.

Em abono da verdade importa também dizer que, para que isto acontecesse, foi também determinante a intervenção de um número considerável de Deputados, na Assembleia Constituinte, muitos deles resistentes antifascistas, identificados com as reivindicações das massas trabalhadoras e que se bateram pela sua consagração constitucional.

O que desta experiência resulta é a importância que a luta de massas assume no presente, como forma de afirmarmos os valores de Abril e cumprir e fazer cumprir a Lei fundamental do país.

O tempo é de exigência, de muita luta e também de muita confiança.

Como a história tem ensinado, a confiança na luta dos trabalhadores e das massas populares e no seu papel determinante no processo libertador, não é um slogan de circunstância, mas um elemento central da visão do mundo e da sua transformação.

Para terminar permitam-me que diga ainda mais alguma coisa sobre esta Fortaleza, onde estamos.

Em 28 de Setembro de 2016, foi com choque e surpresa, que se teve conhecimento de que o Governo de António Costa tinha a intenção de concessionar a Fortaleza de Peniche a privados para fins hoteleiros.

Como resposta gerou-se um importante movimento muito alargado e abrangente que combateu e contrariou esta intenção do Governo.

Foi em resultado dessa mobilização, do alerta e da luta de muitos democratas e antifascistas, que veio finalmente a ser decidida e consagrada a criação do Museu Nacional Resistência e Liberdade, inaugurado precisamente no dia 27 de Abril do ano passado, dia em que fez 50 anos que foram libertados todos os presos políticos.

Em boa hora assim foi, porque, como muitas vezes se tem afirmado, estas paredes, todo este espaço, que é hoje o Museu Nacional Resistência e Liberdade, guarda memórias sofridas de um tempo que exigiu coragem, entrega, valentia, e foram exemplos que o regime democrático deve preservar e que o tempo exige que não sejam esquecidos, mas sim registados e lembrados para memória futura.

Esta é uma das muitas páginas da história da resistência e da luta antifascista que alguns pretendem silenciar mas que, inevitavelmente, este Museu Nacional documenta, mostrando também como eram as cadeias que o fascismo criou para encarcerar e maltratar os seus opositores, sobretudo aqueles que, organizadamente, não olharam a esforços nem a sacrifícios para o derrubar.

É um trabalho importante para dar a conhecer às novas gerações de trabalhadores e ativistas, esses anos de retrocesso e opressão e para que eles não permitam que continuemos a tropeçar em novos monstros que esperávamos definitivamente vencidos, mas que de novo espreitam e reaparecem.

São memórias que o movimento sindical unitário, na sua ação deve ter sempre presente, porque “sem memória não há sindicalismo” ou, melhor dito, “sindicalismo sem memória não é sindicalismo”.

Com a confiança e a determinação que a luta antifascista nos legou, e que temos a obrigação histórica de honrar, estamos convictos que, com a luta organizada dos trabalhadores, da juventude e a convergência dos democratas e patriotas, Abril e os seus valores vencerão.

25 de Abril Sempre!

Fascismo nunca mais!

A LUTA CONTINUA!

José Ernesto Cartaxo

Peniche, 24 de Maio de 2025